

## A AMEAÇA DO ANALFABETISMO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO OFICIAL NA DÉCADA DE 1940

Natalia de Lacerda Gil<sup>1</sup>

**RESUMO:** O trabalho aqui apresentado refere-se a um esforço de identificação dos modos pelos quais a discussão em torno dos índices de analfabetismo revelados pelo recenseamento populacional de 1940 figurou nos discursos oficiais sobre educação. A partir da análise detida dos artigos publicados entre 1944 e 1952 na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, do INEP, buscou-se localizar as discussões que se referiam aos dados estatísticos sobre a população analfabeta no Brasil, identificando-se os argumentos em torno dos números e as ações sugeridas como adequadas à solução do problema. Por um lado, discutia-se nos textos publicados na revista a necessidade de proporcionar a aquisição da leitura e da escrita aos jovens e adultos e, por outro, indicavam-se as preocupações em vista da lenta expansão da escola primária. Também se destacaram no periódico do INEP, as considerações acerca da Campanha de Educação de Adultos levada a efeito em 1947.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação - História das estatísticas; analfabetismo; Campanha de Educação de Adultos.

**ABSTRACT:** The work here presented refers to an effort made to identify in the discussions regarding the illiteracy rate, held in 1940, how these speeches appeared in the official discourses concerning education. Based on the articles published between 1944 and 1952 in the "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", from INEP, was given attention to the discussions with reference to the illiteracy rate in Brazil, identifying the arguments about the numbers and the actions recommended as adequated to solve the problem. On the one hand, the theme of the texts published in the magazine was based on the necessity that the young adults have to learn how to read and write, but on the other hand the fact of the tardy expansion of the primary school. The considerations – in the periodic from INEP - of the Adult Education Campaign, in 1947, were also very important.

**KEY-WORDS:** Education – Statistics' History; illiteracy; Adult Education Campaign.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e doutoranda nessa mesma instituição.  
E-mail: natalia.gil@uol.com.br

A partir da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1936, as estatísticas passaram a desfrutar de maior confiabilidade entre os intelectuais e os homens de Estado e, portanto, os resultados negativos do levantamento censitário de 1940, no que se refere à educação, não podiam mais ser atribuídos à precariedade dos processos estatísticos. O recenseamento populacional alertava para uma elevada taxa de analfabetos na população adulta e os resultados da escola primária, ainda que mostrassem progressos, eram alarmantes. A análise dos volumes da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), publicados entre 1944 e 1952 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)<sup>2</sup>, evidenciou que a principal inquietação a figurar em dados numéricos nos artigos era exatamente com a grande quantidade de analfabetos na população brasileira. Assim, muitos dos textos discutiam os modos de reverter a situação do grande contingente de indivíduos que não sabiam ler nem escrever entre os jovens e adultos, enquanto outros preocupavam-se com a necessidade de expansão da escola primária a fim de se evitar a manutenção ou ampliação dos altos índices de analfabetismo no futuro.

O trabalho aqui apresentado configura-se num esforço no sentido de recuperar, através da análise dos discursos oficiais que circularam no Brasil na década de 1940, a articulação entre as estatísticas da instrução e as decisões tomadas pelo poder público no que se refere ao analfabetismo da população. Nas décadas de 1930 e 1940, contando-se no país com uma melhor estrutura para a produção de índices demográficos, tais dados passam a desfrutar de maior credibilidade figurando, portanto, nos discursos sobre educação, imbuídos de grande autoridade explicativa. Envoltas em legitimidade por seu estatuto científico, as estatísticas assumem a tarefa de descrever as situações com vistas a identificar os pontos onde é necessária a ação política estatal.

Ainda que houvesse algumas críticas entre os discursos divulgados no periódico do INEP acerca dos dados censitários publicados pelo IBGE estas não punham em dúvida a confiabilidade do Recenseamento. A ponderação mais recorrente referia-se à definição da idade a partir da qual eram contabilizados os analfabetos. Havia, por exemplo, a desconfiança de que o número de analfabetos estaria superestimado pela não exclusão das crianças que ainda não estavam em idade escolar e por não se contabilizarem os indivíduos que se alfabetizaram desde o último censo (DIMINUIÇÃO..., 1945). Porém, relatórios de órgãos responsáveis pelas estatísticas não deixavam de indicar preocupação com essas questões quando da produção dos índices. Este é o caso de estudo elaborado pelo Serviço de Estatística de Educação e Saúde (SEES) cujo intuito era inferir a marcha do analfabetismo a partir dos dados do Recenseamento de 1940 e do total da população em 1950. Neste artigo afirmava-se que a taxa global de alfabetismo no Brasil, em 1950,

---

<sup>2</sup> Este órgão foi criado através da Lei nº 378, de 15 de janeiro de 1937, como Instituto Nacional de Pedagogia. Sua efetiva instalação ocorreu, porém, apenas no ano seguinte, em 30 de julho de 1938, tendo sido seu nome alterado para *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos* (INEP), pelo Decreto-Lei nº 580, e modificadas suas competências e organização.

era de 36,4%, ponderando-se que o desejável seria uma taxa próxima a 75%, visto que 25% correspondiam à *população de 0 a 7 anos*. Ressaltava-se que, ainda que houvesse alguma alfabetização antes da idade de 7 anos, essa se apresentava em proporção muito pequena correspondendo, em 1940, a apenas 0,6% dos alfabetizados e 0,2% da população total. De acordo com o referido estudo, “a alfabetização até os 6 anos é t $\hat{o}$ da (ou quase t $\hat{o}$ da) de origem familiar, uma vez que as ‘escolas maternas’ e os ‘jardins de inf $\hat{a}$ ncia’ n $\hat{a}$ o se destinam a alfabetizar” (SEES, 1951, P.100) assim, tal situa $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o tinha express $\hat{o}$ o bastante reduzida visto que ocorria apenas no  $\hat{a}$ mbito de grupos sociais mais cultos.

Com esse trabalho o SEES pretendia, mediante o confronto dos resultados da infer $\hat{e}$ ncia e o restante dos dados do Recenseamento de 1950, a serem divulgados, avaliar a confiabilidade do m $\hat{e}$ t $\hat{o}$ do adotado e a precis $\hat{o}$ o j $\hat{a}$  alcan $\hat{c}$ ada pelas estat $\hat{i}$ sticas do ensino. A justificativa para a produ $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o do estudo estava nas falhas ainda existentes no registro das estat $\hat{i}$ sticas escolares, mas n $\hat{a}$ o se colocava em d $\hat{u}$ vida o rigor dos dados censit $\hat{a}$ rios:

A experi $\hat{e}$ ncia j $\hat{a}$  demonstrou que os elementos de registro utilizados at $\hat{e}$  1950, inclusive, eram bastante falhos e se ressentiam de enorme  $\hat{e}$ rro sistem $\hat{a}$ tico no que tange  $\hat{a}$  distin $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o entre alunos novos e alunos repetentes. Tamb $\hat{e}$ m as idades do discipulado, a freq $\hat{u}$  $\hat{e}$ ncia e as aprova $\hat{c}$ o $\hat{e}$ s eram muito mal computadas. (SEES, 1951, p.94-95)

Al $\hat{e}$ m das falhas provenientes do registro escolar, a produ $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o dos  $\hat{i}$ ndices de analfabetismo enfrentava, como ainda enfrenta, o problema da identifica $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o dos indiv $\hat{i}$ duos analfabetos. Assinalava-se, para fins de recenseamento, que uma pessoa era analfabeta se ela ou sua fam $\hat{i}$ lia assim declarasse, podendo tal procedimento eventualmente resultar no falseamento das informa $\hat{c}$ o $\hat{e}$ s. Isso porque “ $\hat{e}$  poss $\hat{i}$ vel que um certo grupo de cidad $\hat{a}$ os que houverem freq $\hat{u}$ entado a escola prim $\hat{a}$ ria se fa $\hat{c}$ am recensear como alfabetizados, sem, entretanto, haverem obtido sequer a aprova $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o na s $\hat{e}$ rie inicial do curso” (Ibid., p. 128). No relat $\hat{o}$ rio produzido pelo SEES pondera-se que  $\hat{e}$  poss $\hat{i}$ vel tamb $\hat{e}$ m a hip $\hat{o}$ tese contr $\hat{a}$ ria, ou seja:

alguns dos aprovados – e portanto inclu $\hat{i}$ dos entre os alfabetizados em face dos resultados da estat $\hat{i}$ stica escolar – tamb $\hat{e}$ m podem n $\hat{a}$ o haver chegado a dominar as t $\hat{e}$ cnicas elementares da leitura e da escrita. Ou, quando o tenham conseguido, ocorrer $\hat{a}$  ainda a eventualidade de que hajam regredido, em parte apreci $\hat{a}$ vel, ao analfabetismo.

Essa quest $\hat{a}$ o limitava a possibilidade de se inferir a alfabetiza $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o da popula $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o com base nas informa $\hat{c}$ o $\hat{e}$ s de aprova $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o na primeira s $\hat{e}$ rie do ensino prim $\hat{a}$ rio. Esse aspecto ressalta, por outro lado, a preocupa $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o em se diferenciar os analfabetos que tinham estado na escola daqueles que n $\hat{a}$ o a tinham freq $\hat{u}$ entado. Em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* noticia-se a resolu $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o tirada na 1 $\hat{a}$  Confer $\hat{e}$ ncia de Ministros e Diretores de Educa $\hat{c}$ o $\hat{a}$ o das Rep $\hat{u}$ blicas Americanas para que cada pa $\hat{i}$ s classificasse seus analfabetos em tr $\hat{e}$ s grupos:

O primeiro, dos analfabetos; o segundo, o dos analfabetos por desuso, ou seja dos que aprenderam e esqueceram tudo ou quase tudo; e o último, o dos chamados analfabetos funcionais, isto é, que não tenham adquirido instrução correspondente ao quarto ano do ensino primário. (DISCRIMINAÇÃO..., 1945, p. 129)

Lourenço Filho (1945, p.172) também menciona essa questão afirmando que “por muitos pontos, encontram-se numerosos indivíduos, que já souberam ler e escrever, e que foram reabsorvidos depois pela incultura ambiente”. Cabe destacar que essa ponderação, no entanto, não aparece nos artigos de elogio aos resultados da escola primária e à campanha de alfabetização. Nesses casos, não interessava uma apreciação tão realista dos fatos que evidenciasse a possibilidade de que tais números estivessem superestimados. Assim, quando o objetivo fosse ostentar os feitos governamentais, os números de alfabetizados eram considerados seguros e irreversíveis e, em nenhum dos artigos de propaganda das ações oficiais, mencionava-se que esses dados podiam ser eventualmente muito otimistas em vista do fato de que existiam pessoas que mesmo tendo sido alfabetizadas, por falta de uso, desaprendiam a ler.

O analfabetismo era considerado fator de atraso nacional e, se não fosse combatido, temia-se que pudesse ameaçar os planos de progresso vislumbrados para o Brasil. Lourenço Filho (1949, p.127) afirmava que “o analfabeto é um ser ‘marginal’, não pode estar ao corrente com os problemas da vida nacional. Por outro lado, padece de ‘minoridade’ econômica, política e jurídica: produz pouco e mal, e é freqüentemente explorado em seu trabalho; não pode votar e ser votado; não pode praticar muitos atos de direito”. (grifos nossos). A preocupação com as eleições aparece também em artigo transcrito de *O Jornal do Rio de Janeiro* (ALISTAMENTO ..., 1945). Em 1945, com o enfraquecimento da ditadura getulista, chamou-se a população para o alistamento eleitoral. Como reflexo do alto contingente de analfabetos apenas 6 milhões de cidadãos se apresentaram, ou seja, uma parcela insignificante, em relação aos 45 milhões de habitantes do Brasil. Dizia-se que o analfabetismo impedia o pleno estabelecimento da democracia. Além disso, era também considerado responsável pela saúde precária da população brasileira. Clemente Mariani, então Ministro da Educação e Saúde, nesse sentido afirmava que “para que possamos organizar a vida do País, em bases democráticas, será preciso dar ao povo saúde e educação, condições de vida que, aliás, só podem existir conjugadas” (Departamento Nacional de Educação, 1947, p. 65).

A preocupação com o analfabetismo levava à discussão da necessidade de políticas voltadas à educação de adultos. Assim, em 1947, por iniciativa do governo federal, foi lançada a Campanha de Educação de Adultos. A iniciativa teve ampla divulgação na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e seus resultados indicavam um largo alcance da ação educativa empreendida. Ao lado do tom dramático em que se apresentavam os dados do analfabetismo nacional, figurava, em contrapartida, a referência empolgada à necessidade de ação supletiva no tocante à educação popular.

Nesses discursos, as estatísticas educacionais e os dados censitários são freqüentemente evocados a fim de evidenciar a situação alarmante do analfabetismo entre a população adulta. Em declaração à imprensa, Clemente Mariani, então Ministro da Educação e Saúde, afirma que “como é conhecido, o recenseamento nacional de 1940 revelou, na população de 18 anos e mais, a taxa geral de 55% de analfabetos” (Departamento Nacional de Educação, 1947, p. 64, grifo nosso). Os artigos que tratam dessa questão ponderam, no entanto, que a situação não era a mesma para todas as regiões do país, de modo que são comumente apontadas as diferenças entre os estados e/ou regiões brasileiros<sup>3</sup>: “Assim, o Distrito Federal apresenta a cota de 82,20% de alfabetizados, nas idades de 18 e mais; o Rio Grande do Sul, 63,40%; São Paulo, 60,20%, ao passo que alguns Estados do Nordeste oferecem índices abaixo de 30”.

Os dados do recenseamento de 1940 dão, para todo o país, a taxa de 45% de alfabetizados, nas idades de 18 e mais anos, com variações muito grandes. É assim que, na região sul, os alfabetizados representavam 60%; na região norte, 46%; na de leste, 45%; na do nordeste, 30% (Lourenço Filho, 14, 1945, p. 171-172, nota de rodapé).

Em declaração à imprensa, Clemente Mariani também se refere a esta questão afirmando que “as diferenças regionais são acentuadas. Enquanto nos Estados do Sul a taxa de analfabetos é de 40%, nos Estados do Nordeste se eleva a 72%. Na região Leste e na região Norte a proporção é a mesma do País em geral, ou seja a de 55%” (Departamento Nacional de Educação, 1947, p. 64).

A apresentação dos dados numéricos referentes a essa situação aparece nos artigos para justificar a necessidade da ação que o governo federal almejava empreender. De acordo com Lourenço Filho (1945, p.184) o ensino supletivo “na maior extensão do país, reclama urgentes esforços, para ‘recuperação’ de grande massa de nossa própria gente”. Além do mais, segundo afirmava o Presidente Dutra, o analfabetismo tinha que ser combatido “pois, sem isso, não se obterão favoráveis condições para a reorganização material e espiritual da vida brasileira, nem será atendido o *princípio constitucional* de que a educação é direito de todos” (Departamento Nacional de Educação, 1947, p. 64, grifos nossos). Assim, em 1947, diante do índice crescente de analfabetismo entre a população adulta, foi levado a efeito, por iniciativa do governo federal, contando com 25% dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, a *Campanha de Educação de Adultos*. As expectativas quanto a esta iniciativa eram as mais ambiciosas:

3 Vale destacar que a organização geográfica do país era, naquele período, diferente da atual. Assim, compunham a região Sul os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo; a região Leste era formada por Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe e pelo Distrito Federal; na região Nordeste tinha-se os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Ceará e o território de Fernando de Noronha; a região Centro-Oeste referia-se a Mato Grosso e Goiás; e, por fim, a região Norte era composta por Pará, Amazonas e os territórios do Acre, Rondônia, Amapá e Rio Branco.

Organizar a educação de adultos, por onde quer que se torne necessária, será recuperar valores sociais quase perdidos, pela oferta de novas oportunidades; será concorrer para maior compreensão cívica e social; será, enfim, reforçar, por tôdas as formas, a estrutura da vida nacional. É ela, enfim, obra de organização social, de revigoração econômico e fundamentação democrática, necessária e urgente. (Lourenço Filho, 1945, p. 185).

Os artigos relatam que os estados e territórios brasileiros, assim que receberam o pedido do governo federal para que organizassem a Campanha, prontamente se envolveram nos trabalhos: “A repercussão que êsse plano vem encontrando da parte dos governos estaduais e territoriais tem sido a mais entusiástica, conforme as respostas recebidas pelo INEP até 15 de junho”. (INEP, 1945, p. 276)

Alguns estados teriam já nesta data instalado escolas noturnas para a alfabetização dos adultos em todas as cidades do interior e multiplicado aquelas das capitais e os territórios teriam tomado providências para que todas as escolas primárias funcionassem à noite para o ensino de adultos. Segundo Lourenço Filho, em artigo de 1947:

pelos resultados já obtidos na maioria das classes do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Alagoas, e outros Estados, pode-se afirmar que mais de 300 mil alunos, entre adolescentes e adultos, aprenderão a ler e a escrever no corrente ano. (p. 11).

As expectativas eram as mais otimistas e os resultados apresentados sempre com enorme entusiasmo. Planejava-se que fossem instaladas 10 mil classes no primeiro ano de Campanha, ao final do qual informava-se que tinham funcionado mais de 15 mil.

Das estatísticas esperava-se que elas respondessem pela distribuição racional das classes de ensino supletivo pelas regiões que mais necessitassem. Assim, entre as atribuições das comissões estaduais organizadas por ocasião da Campanha constava a de

proceder, em entendimento com o órgão de administração do ensino, ao levantamento das escolas e cursos de ‘ensino supletivo’ e postos de alfabetização, já existentes, públicos ou particulares e, com base nesse trabalho, organizar o plano de ataque e desenvolvimento de tais serviços. (INEP, 1945, p. 270-271)

De acordo com Lourenço Filho (1947, p.6),

com base na distribuição demográfica apurada pelo recenseamento de 1940, cuidou êsse mesmo órgão [Departamento Nacional de Educação] da localização teórica das dez mil classes que iriam funcionar nas cidades, vilas e povoados de maior importância, em todos os municípios do país.

Seria também por intermédio das estatísticas que se faria a verificação dos resultados da Campanha. Assim, estabeleceu-se que as comissões organizassem “os levantamentos necessários para que, a cada semestre, seja conhecido o movimento estatístico dos serviços de ensino de adultos” (INEP, 1945, p. 272).

Já em 1947, são publicados os primeiros resultados. Afirmava-se que antes do início dos trabalhos, em 1946, o ensino supletivo contava com 120.165 matrículas e, já em 1948, esse número tinha passado para 604.521. As aprovações alcançaram a cifra de 295.395 em 1948, mas ressaltava-se que o número de alfabetizados devia ser maior se fossem consideradas as iniciativas voluntárias da população, não computadas nos dados oficiais, e os indivíduos que não realizaram os exames finais apesar de estarem alfabetizados. Quanto a este último aspecto afirma-se que “milhares de alunos considerados em condições de aprovação deixaram de submeter-se a exames, por natural constrangimento, conforme documentação existente”. (SEES, 1950, p. 115). Os resultados são sempre arrolados com muito entusiasmo e as informações são extremamente favoráveis. Lourenço Filho indica os progressos da Campanha afirmando que “no exercício de 1945, tôdas as classes de ensino supletivo, entre nós, não possuíam mais de cem mil alunos; o contingente de adolescentes e adultos, agora chamados ao ensino, é cinco vêzes superior a êsse”. Os índices apresentados são ótimos, como no caso dos dados de freqüência às aulas:

Na maioria das classes em funcionamento, a freqüência dos alunos surpreende pela elevada taxa a que atinge. Relatórios recebidos de numerosos pontos do país indicam assiduidade às aulas maior que 60% dos inscritos; e classes há, como muitas em Belo Horizonte, São Paulo, Bahia, Recife, Maceió, Fortaleza, nas quais a freqüência se tem mantido acima de 80% da matrícula. (p.10).

Também o rendimento das aulas é esplêndido, muito acima do convencional. Lourenço Filho (1947, p.11) afirma que em São Paulo, “onde, convém salientar, a execução da Campanha tem sido das mais perfeitas, de 60 mil alunos matriculados, cêrca de 40 mil, quatro meses apenas depois de iniciadas as aulas, estão lendo”. Se lembrarmos que a freqüência neste estado é de 80%, ou seja 48 mil alunos, um rendimento de 40 mil alfabetizados logo no início da Campanha é realmente impressionante. Lourenço Filho (1949, p.130) reafirmava que “os resultados têm sido dos mais brilhantes. Além das 15 mil classes que, neste momento, funcionam com o auxílio federal, cêrca de três mil outras existem, mantidas por ‘voluntários’, livremente organizadas”. Segundo artigo do Departamento Nacional de Educação, “em *dois anos*, a Campanha de Educação de Adultos realizou uma obra que, no ritmo anterior do ensino supletivo, só teria sido feita em *dez anos*”. (Departamento Nacional de Educação, 1949, p. 158, grifos do autor).

Nos artigos que traziam informações sobre a Campanha, ao lado da indicação dos números do que tinha sido feito, vinham as estimativas do que ainda se pretendia fazer, e a menção do que já estava em vias de ser realizado, criando assim, a impressão de algo em movimento. Desse modo, após uma tabela que apresentava o número de classes mantidas em cada estado, afirmava-se que “com a instalação de 250 novas classes, parte no Estado de São Paulo e parte no Estado de Mato Grosso, já autorizadas pelo Sr. Presidente da República, o aumento total de unidades de ensino, com auxílio federal, subirá a 10.439”. (Lourenço Filho, 1947, p. 8).

Os artigos de Lourenço Filho sobre essa questão, apesar de apresentarem alguns dados numéricos, destacam-se pela sustentação teórica que dão à Campanha. Um deles reproduz curso ministrado aos professores de supletivo, onde além de pontuar os objetivos e destacar a importância da iniciativa, discute-se amplamente a metodologia que deveria ser utilizada. Nestes artigos, num esforço de conceituação, o autor pondera que quando se fala em educação de adultos não se está referindo à continuidade dos estudos em nível superior ou em outros níveis, mas sim à sua ação “supletiva”. Desse modo, conforme aceção assumida na Campanha, essa educação teria por objetivo “suprir ou remediar deficiências, a ineficiência ou incapacidade da educação escolar”. (Lourenço Filho, 1945, p. 170). Nesse sentido, a educação de adultos pretendia atender àqueles que não tiveram acesso à instituição de ensino na idade considerada própria para a iniciação escolar. Assim, mesmo que fossem alunos jovens na idade de 15 anos ou pouco mais, que a rigor não são considerados adultos, desde que não tivessem freqüentado à escola, freqüentariam os cursos de educação de adultos.

Lourenço Filho afirma que apesar dessa modalidade de ensino freqüentemente assumir a feição de combate ao analfabetismo, não se restringe à alfabetização. Destaca, portanto, que a partir da aquisição da leitura e da escrita pretendia-se proporcionar “educação” à população, em seu aspecto mais amplo, difundindo também noções de saúde, trabalho, economia e educação moral e cívica. Assim, o objetivo principal seria ajustar o adulto às novas condições sociais de trabalho. Nas Instruções aos Professores de Ensino Supletivo, assim se recomendava aos docentes:

A grande campanha que abraçastes não é apenas a de alfabetizar. Isso é importante; isso é fundamental; isso é, por assim dizer, preliminar. Mas, não é tudo. Será preciso ensinar a ler, com viva demonstração das vantagens da leitura na aquisição de novas idéias e no esclarecimento de ideais e aspirações. (Departamento Nacional de Educação, 1947, p. 72).

Para Lourenço Filho a necessidade estava em atacar a situação de analfabetismo no presente porque, para o autor, o desenvolvimento, observado na rede escolar regular nos últimos vinte anos, responderia pela melhoria da situação de alfabetização popular no futuro. Considerava que, entre a população analfabeta, era certo que estavam incluídas pessoas muito idosas que dificilmente seriam alfabetizadas, mas que havia também “os jovens, os que ainda têm diante de si um largo prazo de vida, e cujo esforço no sentido educativo será sempre um bem individual e coletivo”. (1949, p. 16). Lourenço Filho reiterava que “o objetivo social da Campanha é ainda mais profundo e certamente mais significativo para os problemas da educação em geral”. Para ele, educar os adultos era, sem dúvida, importante para estes indivíduos, mas era principalmente um benefício para a sociedade:

Numa grande cidade, o homem iletrado é elemento sempre dependente de outrem; nas pequenas povoações, ou no campo, homem ‘marginal’, ao qual não podem chegar, por via

direta, os problemas de mais relevância na vida cívica; estão-lhes defesas, em grande parte, as conquistas da civilização e da cultura, no país e no mundo [...] o iletrado é obstáculo ao progresso (Lourenço Filho, 1945, p. 171).

Além disso, Lourenço Filho destacava que se os pais analfabetos consentem que seus filhos mantenham-se na ignorância, que não freqüentem a escola, que a abandonem precocemente, o mesmo já não acontece com pais que tenham estudado, por pouco que seja. Assim, para ele a alfabetização dos adultos, contribui também para que a mesma situação não se repita nas gerações mais jovens:

Pais instruídos dificilmente permitem que seus filhos cresçam na ignorância; pais instruídos mais facilmente aceitam a ação da escola e a reforçam; pais instruídos produzem mais, aumentando a riqueza do país, com o que permitirão, também haja mais e melhores escolas. Lembrai-vos, portanto, de que *ainda por amor às crianças, é que devemos educar adolescentes e adultos.* (Lourenço Filho, 1947, p. 72, grifos nossos).

Nesse sentido, cabe destacar que também a mortalidade infantil aparece associada ao analfabetismo. Lourenço Filho (1949, p.125, grifos do autor) afirmava que “onde a maioria do povo é analfabeta, há maiores índices de ‘mortalidade infantil’. Educar o adulto é, assim, salvar a própria vida das crianças”. Além disso, “as estatísticas mostram que a baixa freqüência às aulas, a descontinuidade dos cursos, ou *evasão escolar*, está sempre relacionada com o grau de cultura dos próprios pais”. Onde os pais são analfabetos enfrentam-se maiores dificuldades para se alfabetizarem os filhos:

Nos lares de famílias analfabetas não entram livros e jornais, não há estímulo para desenvolvimento da cultura – e, assim, milhares e milhares de crianças, que chegam a aprender alguma coisa na escola, são depois reabsorvidas pelo analfabetismo ambiente.

Tantas referências aos benefícios que a educação de adultos proporcionava às crianças justificavam-se pelas críticas, que no entanto não figuram na RBEP, que acusavam a Campanha de estar tirando esforços e investimentos da educação das populações jovens. Lourenço Filho, no entanto, afirmava que o esforço empreendido na Campanha de Educação de Adultos não estava subtraindo investimentos da educação das crianças. Segundo ele, apenas 4% do que é gasto com a educação da infância estava sendo despendido com a educação supletiva, sendo que esta verba não era retirada daquele orçamento. Além disso, “se os 30 milhões, que estão sendo dispendidos, fôssem aplicados em instituições de ensino comum, não lograriam matrícula de 500 mil alunos, mas, ao preço médio de aluno-ano, só escassos 100 mil discípulos”. (Lourenço Filho, 1947, p. 11). Tal economia, afirmava-se, era obtida sobretudo com aproveitamento da organização escolar já existente. Contestando a posição desse autor estava um estudo realizado pelo Serviço de Estatística de Educação e Saúde, que em 1951, alertava para o fato de que apesar do aumento da alfabetização da população adulta em decorrência da Campanha,

a taxa geral não apresentou incremento significativo devido à retração do ensino comum. Assim, demonstra o estudo que

o rendimento da educação de adultos, com efeito, estável em torno de 0,1 no período de 1941 a 1947, torna-se cinco vezes maior em 1947, chegando a assumir o valor de 0,52, para vir a estabilizar-se em 0,65 e 0,64 nos três anos subseqüentes, mas paralelamente à queda brusca na contribuição do ensino comum. (SEES, 1951, p. 122)

É preciso ressaltar que diante das críticas de que os esforços para educar os adultos estariam subtraindo recursos financeiros da instrução infantil acaba-se por justificar a necessidade desta iniciativa como um benefício para as próprias crianças. Perde força, portanto, a idéia de que a educação é um direito de todos na medida que ganham destaque os argumentos que situam nas crianças a importância da educação dos adultos e não reforçam a defesa do direito destes à escolarização.

Por fim, cabe destacar que no período aqui considerado o consenso acerca da confiabilidade dos dados censitários não deixava alternativa àqueles responsáveis pelas decisões políticas do país senão enfrentar a situação colocada pelo grande contingente de iletrados evidenciado pelo censo de 1940. Se antes os altos índices de analfabetismo eram atribuídos à precariedade na obtenção dos dados, a partir de então passa a predominar nos discursos educacionais a denúncia da situação alarmante do país ao lado de proposições no sentido de reverter tal realidade. Assim, no periódico do INEP, órgão oficial vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, o analfabetismo passa a ocupar posição de destaque, sendo descrito como uma ameaça ao progresso, como fator de atraso nacional, responsável por manter as crianças na ignorância quando seus pais eram iletrados e causa das precárias condições de saúde da população. Nessas circunstâncias a Campanha de Educação de Adultos surge em 1947 como alternativa primordial para se colocar o Brasil nos rumos do progresso. Se antes a confiança alimentada nas primeiras décadas da República de que seria possível modificar a sociedade pela difusão da instrução primária a toda a infância havia sido frustrada pela evidência da manutenção do analfabetismo popular, elegia-se, na década de 1940, uma nova esperança, qual seja, acabar com o déficit de letramento pela Campanha de Educação de Adultos.

## REFERÊNCIAS

- ALISTAMENTO e analfabetismo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. VI, n. 18, p. 514-515, dez., 1945.
- AS MENSAGENS presidenciais e a educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.XVI, n. 38, p. 79-97, jan./abr. 1950.

- DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Campanha de educação de adultos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. XI, n.29, p. 62-88, jul./ago. 1947.
- \_\_\_\_\_. Histórico da educação de adultos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.XIII, n.37, p.141-158, set./dez. 1949.
- DIMINUIÇÃO de analfabetos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.III, n.7, p.122-123, jan. 1945.
- DISCRIMINAÇÃO de analfabetos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.III, n.7, p. 128-129, jan. 1945.
- EDITORIAL. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.I, n.1, p. 5-6, jul. 1944.
- EDUCAÇÃO de adultos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.IV, n.11, p. 171-172, maio 1945.
- FUNDO NACIONAL E CONVÊNIO NACIONAL DE ENSINO PRIMÁRIO. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.III, n.9, p.297-298, mar. 1945.
- INEP. Campanha de educação de adultos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.V, n.14, p. 270-278, ago. 1945.
- LOURENÇO FILHO. A campanha de educação de adultos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.XI, n.29, p.5-14, jul./ago. 1947.
- \_\_\_\_\_. Da cooperação dos municípios com o estado em matéria de educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.XIII, n.35, p. 5-18, jan./abr. 1949.
- \_\_\_\_\_. Educação de base para adolescentes e adultos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.XIII, n.37, p. 122-140, set./dez. 1949.
- \_\_\_\_\_. O problema da educação de adultos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.V, n.14, p.169-185, ago. 1945.
- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro/Brasília, INEP, n.1-184, 1944-1995.
- SEES. Evolução provável do analfabetismo na população brasileira durante o período de 1940 a 1950. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.XVI, n.43, p. 94-129, jul./set. 1951.
- \_\_\_\_\_. Movimento do ensino supletivo nos anos de 1947 e 1948. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.XIV, n.39, p.113-120, maio/ago. 1950.
- SILVEIRA, Joel. A escuridão além do asfalto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.XIV, n.38, p.193-196, jan./abr. 1950.

